PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Centro de Estudos e Formação Autárquica, I. P.

Despacho (extracto) n.º 19 778/2005 (2.ª série). — Por despacho de 1 de Setembro de 2005 do vice-presidente do conselho directivo do Centro de Estudos e Formação Autárquica, I. P.:

Maria Alcide Rasteiro Paiva Ferreira Rebola e Fernando Adriano Baptista Pires, operários da carreira de pessoal altamente qualificado (impressor de artes gráficas) do quadro de pessoal do Centro de Estudos e Formação Autárquica, I. P. — nomeados definitivamente, precedendo concurso, e após confirmação de cabimento orçamental, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, operários principais da mesma carreira e quadro, com efeitos reportados a 1 de Setembro de 2005, considerando-se exonerados das categorias anteriores a partir desta data.

1 de Setembro de 2005. — O Vice-Presidente, *Rui Manuel Leal Marqueiro*.

Direcção-Geral das Autarquias Locais

Despacho n.º 19 779/2005 (2.ª série). — Por despacho de 26 de Agosto de 2005:

Isalina de Jesus Gomes, assistente administrativa de nomeação definitiva do quadro de pessoal desta Direcção-Geral — nomeada técnica superior de 2.ª classe de nomeação definitiva do mesmo quadro, mediante reclassificação profissional, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, depois de cumprido o disposto no n.º 2 do artigo 6.º e na alínea b) do n.º 1 do artigo 7.º deste diploma. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Agosto de 2005. — A Subdirectora-Geral, *Anabela Santos*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Despacho conjunto n.º 687/2005. — Nos termos do n.º 5 da Resolução do Conselho de Ministros aprovada no dia 30 de Junho de 2005, o coordenador da Estratégia de Lisboa tem estatuto e gabinete equivalentes aos de subsecretário de Estado e remuneração a definir por despacho conjunto do Primeiro-Ministro e do Ministro de Estado e das Finanças.

O coordenador nomeado, Doutor José Carlos das Dores Zorrinho, é professor catedrático da Universidade de Évora.

Assim:

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 da Resolução do Conselho de Ministros aprovada no dia 30 de Junho de 2005, o coordenador nacional da Estratégia de Lisboa auferirá a remuneração e demais abonos de montante igual ao fixado para o cargo de subsecretário de Estado.

2 — Nos termos do disposto no artigo 7.º, n.º 2, da Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto, fica autorizado a exercer actividades docentes no ensino superior, não remuneradas.

3 — O presente despacho produz efeitos desde 6 de Julho de 2005.

24 de Agosto de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — Pelo Ministro de Estado e das Finanças, *Emanuel Augusto dos Santos*, Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Direcção-Geral de Viação

Despacho n.º 19 780/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 1 de Junho de 2005, proferido ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 484/99, de 10 de Novembro, e na alínea d) do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro:

Adélia Pinto Pereira Figueiredo, Alfredo da Purificação Fernandes, António de Jesus Tavares da Fonseca, Célia Maria Lopes Loureiro, Domingos José Batista Bicas, Hélio Lourenço Pereira Franco, Joana

Maria Pimenta Gouveia, Jorge Manuel Marques Grilo Fernandes, José Henrique Nunes Branco Prado, Manuel dos Santos Pinto Rodrigues, Manuela Maria da Silva Meireles Moreira, Marcos José Ruivo Dias Simões Paquete, Maria Alzira de Brito Moura, Maria Elisa do Rosário Freitas Bento de Oliveira, Maria de Fátima Costa e Vaz, Maria de Fátima dos Reis Andrade Fonseca, Maria Helena da Conceição Mendes Frederico, Maria de Lurdes Tomé Tavares Antão Tomé, Maria Manuela Vitorino Sequeira, Maria Odete Cruz Marques Ferreira, Matilde da Conceição Alves Rodrigues Honrado, Rosa Maria Napoleão Teixeira — nomeados definitivamente, precedendo concurso, técnicos de informática do grau 2, nível 1, da carreira de técnico de informática desta Direcção-Geral.

Estas nomeações produzem efeitos retroactivos a 19 de Agosto de 2005, por nesta data já existirem os pressupostos justificativos da retroactividade. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Agosto de 2005. — O Director-Geral, *António Nunes*.

Despacho n.º 19 781/2005 (2.ª série). — Por despacho de 5 de Julho de 2005 do director-geral de Viação, proferido ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 484/99, de 10 de Novembro, e na alínea d) do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro:

Luísa Maria Casqueiro Rosa Marques — nomeada definitivamente, precedendo concurso, chefe de secção da Direcção Regional de Viação de Lisboa e Vale do Tejo.

Esta nomeação produz efeitos retroactivos a 19 de Agosto de 2005 por nesta data já existirem os pressupostos justificativos da retroactividade. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

23 de Agosto de 2005. — O Director-Geral, *António Nunes*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Despacho n.º 19 782/2005 (2.ª série). — I — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no despacho n.º 15 881/2005, do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 139, de 21 de Julho de 2005, delego e subdelego no director-geral-adjunto engenheiro Carlos Manuel Ferreira Gonçalves, com a faculdade de subdelegação, os poderes necessários à prática dos seguintes actos:

- 1) Coordenar a actuação da Direcção Central de Informática, no âmbito das competências que lhe estão legalmente adstritas pelos artigos 37.º a 40.º do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de Outubro;
- 2) Coordenar a actuação do Departamento de Planeamento e Formação, na prossecução das competências atribuídas pelo artigo 41.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de Outubro, com excepção das competências inerentes ao Núcleo de Formação;
- 3) Coordenar a actuação do Gabinete de Documentação, Comunicação e Relações Públicas, no âmbito das competências que lhe estão legalmente conferidas no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de Outubro, com excepção da área de imprensa;
- 4) Coordenar a actuação da Direcção Central de Gestão e Administração, no âmbito das competências cometidas pelo artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de Outubro, com excepção das competências inerentes ao Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos;
- 5) Autorizar as alterações orçamentais que não careçam de despacho do membro do Governo da tutela;
- 6) Autorizar a constituição de fundos de maneiço das dotações do orçamento do serviço;
- 7) Celebrar contratos de arrendamento e autorizar a actualização de rendas resultante de imposição legal;
- 8) Proferir decisão sobre a realização de despesas públicas com locação e aquisição de bens e serviços e autorizar as inerentes despesas até ao limite de € 75 000 no orçamento de funcionamento, bem como autorizar pagamentos de despesas já autorizadas independentemente do seu valor;
- 9) Autorizar despesas relativas à execução de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados até ao montante de € 250 000;
- 10) Promover a avaliação de bens, autorizar a sua alienação e estabelecer a forma que esta deve revestir, nos termos legais previstos;
- 11) Autorizar o abate dos bens ao inventário do serviço;